

Os conteúdos negacionistas na CPI Covid como desserviço à educação em saúde

The denialist content at CPI Covid as a disservice to health education

Filipe Xerxeneski da Silveira

Univesidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
lipexs@gmail.com

Juliana Carvalho Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
julianapereir@gmail.com

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Univesidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
mrfontoura@gmail.com

Resumo

A partir da perspectiva de um movimento de negação à ciência, que assumiu grandes proporções na pandemia da covid-19, este estudo analisou os conteúdos negacionistas por meio do relatório de 1288 páginas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI Covid). As conexões teóricas da pesquisa buscaram contextualizar as temáticas da informação em saúde, do conhecimento científico, da desinformação e do negacionismo científico. A questão de pesquisa buscou identificar os tipos de conteúdos negacionistas que emergem do relatório da (CPI Covid) e quais os impactos desses discursos para a educação em saúde. Nesse sentido, o objetivo norteador da pesquisa foi analisar os discursos negacionistas presentes no documento e o desserviço à Educação em Saúde. O arcabouço metodológico constituiu-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, que buscou embasamento em fontes de informação disponíveis em livros, revistas, repositórios e bases de dados. Posteriormente, os pesquisadores analisaram todo o conteúdo de caráter negacionista presente no documento, ancorando-se em Bardin, Para a análise e interpretação dos dados, utilizou-se o Iramuteq, software livre para análise de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. As considerações finais retomam o tema central de pesquisa, refletindo sobre os danos causados pelos movimentos de descrédito à ciência tanto para a Educação em Ciências quanto para a Saúde.

Palavras chave: covid-19, conhecimento científico, negacionismo científico, educação em saúde, comissão parlamentar de inquérito.

Abstract

From the perspective of a movement of denial of science, which took on great proportions in the covid-19 pandemic, this study analyzed the denialist content through the 1288-page report of the parliamentary commission of inquiry (CPI Covid). The theoretical connections of the research sought to contextualize the themes of health information, scientific knowledge, disinformation and scientific denialism. The methodological framework was constituted as a research with a qualitative approach, which sought to base itself on sources of information available in books, magazines, repositories and databases. Subsequently, the researchers analyzed all the negationist content present in the document, based on Bardin. For the analysis and interpretation of the data, Iramuteq, free software for content analysis, lexicometrics and discourse analysis was used. The final considerations reflect on the disservice of movements that discredit science for both science education and health education

Key words: covid-19, scientific knowledge, scientific denialism, health education, parliamentary commission of inquiry.

Considerações iniciais

A pandemia da Covid-19 acarretou significativas mudanças tanto na forma de convivemos em sociedade, quanto na maneira como passamos a disseminar a informação em diferentes meios e contextos. O tema principal do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - ENPEC - é “pensar o conhecimento, agir em sociedade.” Nesse sentido, inúmeras reflexões emergem no intuito de buscar alicerces sobre o papel do conhecimento em relação ao mundo e a nós mesmos, bem como as possíveis articulações e interlocuções entre a educação em ciências e a educação em saúde. Através dessa linha de pensamento, nós nos questionamos se é possível discutirmos, em diferentes níveis de ensino, uma educação que articule as ciências e a saúde, em tempos de negacionismo, desinformação e pseudociências? Congruente a isso, um importante filósofo e historiador húngaro - György Lukács (2013, p. 176) - foi categórico ao afirmar que “[...] a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado”. Inspirando-se no pensamento de Lukács, precisamos trazer para a discussão Paulo Freire e sua *práxis*, assimilada através de uma pedagogia crítica, os sujeitos como históricos, produtores de cultura, inacabados, porém seres em constante transformação e em busca por novos aprendizados e conhecimentos. Segundo o autor “a conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais uma vez que a conscientização, que se apresenta como um processo determinado deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil” (FREIRE, 1980, p. 27). Vivemos tempos sombrios e difíceis, em que discursos negacionistas e anticientíficos, originados em bolhas informacionais que disseminam desinformação, desvalorizam o saber científico e as instituições que produzem ciência, tecnologia e inovação, ocupam espaços nas mídias digitais e confundem os indivíduos que buscam informações fidedignas. Nesse sentido, faz-se necessário evocarmos, mais uma vez, Paulo Freire, que foi categórico ao afirmar que “[...] quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para sermos anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos.” (FREIRE, 1980, 28).

A mesma pandemia que nos fez rever conceitos e posicionamentos acerca do convívio social, da educação formal, do ensino remoto, da telemedicina, aterrorizou-nos com a barbárie de um alarmante número de mortes diárias e, principalmente, por discursos negacionistas sobre o uso de máscaras, o *lockdown*, as medidas preventivas e as vacinas. Cem anos após a gripe espanhola a história parecia se repetir. Tristes constatações demonstraram que governo brasileiro e uma parte do Conselho Federal de Medicina (CFM), agiram na contramão de evidências científicas que viessem a combater o vírus e facilitar o surgimento de novas variantes, reportando o Brasil como uma ameaça à saúde global na maior crise humanitária do século XXI (SOCIEDADE..., 2021). Isso nos permite argumentar, tomando por base Bruno Latour que “ [...] o perigo não viria mais de uma confiança excessiva em argumentos ideológicos postulados como fatos que aprendemos a combater tão eficientemente no passado mas de um excesso de desconfiança em boas questões de fato disfarçadas de maus preconceitos ideológicos.” (LATOURE, 2020, p. 177). Devemos refletir, através desse contexto, que a pandemia de Covid-19 devastou pessoas e famílias, abarrotou o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. Inúmeros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais profissionais de saúde de hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), além de lidarem com o sofrimento e luto, passaram a conviver com colegas que eram a favor do tratamento precoce e de medidas não comprovadas pela Ciência para tratar pacientes acometidos pelo vírus. Nessa linha de raciocínio, a educação em saúde assume um protagonismo ímpar na forma de conscientizar os indivíduos em diferentes espaços públicos e privados quanto às discussões sobre a veiculação de informações (in)verídicas relacionadas à saúde e à qualidade de vida dos brasileiros. Sendo assim, a educação em saúde passa a ser representada pelos processos educativos que envolvem as relações entre os profissionais da área de saúde e a população, que necessita construir seus conhecimentos e aumentar sua autonomia nos cuidados individual e coletivo. Entendemos, que, de fato, conforme descrito pelo Ministério da Saúde do Brasil, a educação em saúde é todo processo de construção de conhecimentos em saúde da população, buscando proporcionar uma autonomia aos sujeitos para a promoção da saúde e prevenção da doença, no cuidado de si e dos outros, buscando sempre debater com os profissionais de saúde e gestores uma atenção em saúde de acordo com a necessidade de cada indivíduo. (BRASIL, 2006). Após a circulação, em diferentes mídias e suportes, de conteúdos negacionistas e pseudocientíficos, especialmente por parte do governo brasileiro, o Senado Federal decidiu instaurar uma CPI para analisar supostas omissões, irregularidades e desinformação acerca dos conteúdos publicizados sobre o coronavírus. Sendo assim, a pretensão deste estudo foi analisar o teor do relatório final da CPI covid sob a ótica dos conteúdos negacionistas e a produção e disseminação de desinformação em saúde. Por meio de um arcabouço metodológico que sustente as indagações da pesquisa, o estudo é caracterizado como qualitativo, alicerçado em diferentes componentes, tais como: os dados oriundos de uma análise criteriosa nas mais de 1288 páginas do relatório final da CPI Covid, além dos procedimentos para interpretar e organizar, contextualizar, reduzir e relacionar os dados obtidos. Isto posto, chegamos à seguinte questão pesquisa: Que tipo(s) de discursos negacionistas emergem do relatório final da CPI Covid e quais os impactos desses discursos para a educação em saúde?

Conexões Teóricas da Pesquisa

A disseminação de informações falsas gera um descrédito no potencial de ajuda e desenvolvimento que a ciência traz à humanidade. Assim sendo, as pessoas ainda não parecem ter a capacidade de identificar boatos, mentiras, falsas ilusões, através do pensamento crítico, acabando por desabonar o pensamento científico pré-existente e institucionalizado. Para Pilati (2018, p. 81):

[...] o pensamento científico funciona de uma maneira, por meio do ceticismo e do princípio da falseabilidade, em que a procura por confirmação é desacreditada, redirecionando nossa atenção para que possamos também enxergar evidências que contradigam o que possuímos de expectativa.

Cada dia, torna-se mais inquietante, a quantidade de desinformação nas mais diversas áreas do conhecimento humano, porém as chamadas “*fake sciences*”, são as que causam um impacto ainda mais danoso aos indivíduos, uma vez que tornam as pessoas vulneráveis e propensas a desacreditar nas vacinas, nos tratamentos farmacológicos, e na opinião de especialistas. Um dos maiores meios de propagação de *fake news* nas ciências, especialmente ligadas à saúde, são os grupos de *Whatsapp*. Nesse sentido, conforme pontua Secco (2020, p.72) “[...] a popularização do *WhatsApp*, das redes sociais e o acesso massivo a comunicações pela internet expuseram as pessoas à disseminação de ideias fascistas antes mesmo que nos acostumássemos com o novo espaço técnico científico e informacional ao qual seríamos obrigados a nos confinar”. Durante a pandemia, com o confinamento das famílias, os grupos passaram a reverberar os discursos não apenas produzidos com filtros e checagem, mas informações inverídicas de que as vacinas matavam, que o tratamento precoce era o melhor remédio, que o isolamento social era prejudicial à economia, que o vírus fora produzido para acabar com a humanidade. Vivemos em um país com alarmantes níveis de analfabetismo funcional em que a desinformação ocupa os espaços da informação verdadeira para confundir ou manipular as pessoas. Nas bolhas informacionais, as pessoas ouvem determinados discursos e acabam passando adiante como se fossem verdades absolutas. Nessa linha de pensamento, Sagan enfatiza que [...] uma tendência básica fica clara, a de que nesse tipo de caso (quando se quer acreditar que algo é verdadeiro) estamos enormemente vulneráveis a mal-entendidos, a erros de avaliação. Não é muito diferente aquilo que é chamado de milagre” (SAGAN, 2008, p. 155). Os discursos negacionistas, originados a partir da pandemia do coronavírus, representaram um desserviço à educação em saúde, gerando grande incerteza nas decisões a serem tomadas pelos indivíduos. Para Bauman “a incerteza sempre foi fonte suprema de medo” (BAUMAN, 2010, p.25). O governo brasileiro contribuiu para confundir os brasileiros e causar uma desordem informacional. As autoras Marwick e Lewis (2017, p. 5, tradução nossa), no livro “Manipulação e Desinformação da Mídia Online” falam sobre guerras informacionais e táticas de desordem informacional, apresentando quatro características definidoras do que chamam de manipulação midiática na desordem informacional: 1) discurso deliberadamente ofensivo; 2) antipatia pelo sensacionalismo na grande mídia; 3) objetivo de criar impacto afetivo no público-alvo; 4) ambiguidades por meio de paródias que ocultam as intenções de autoria.

Vivemos em uma era na qual a ciência e as instituições científicas têm sido contestadas e substituídas por discursos sem nenhuma veracidade e em que a formação da opinião pública é balizada por crenças pessoais.

A natureza da verdade é constantemente deturpada por valores pessoais, religiosos e pelas emoções. Inverdades são aceitas, mesmo sendo sabidamente falsas, e decisões são tomadas a partir delas. Recorrendo a Pedro Demo, percebemos que vivemos uma crise da sociedade da informação para a sociedade do conhecimento.

Demo diz que :

[...] a informação não pode ser receita pronta, mas o desafio de a criar, mudar, refazer. O risco de manipulação é intrínseco, mas é no risco que podemos reduzir a manipulação. A sociedade da informação informa bem menos do que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende. Na sociedade da mercadoria, mercadoria vem antes (DEMO, 2000, p. 39).

Já o conhecimento patológico modifica as percepções do mundo e da vida humana e social e estas, por sua vez, alteram a ação dos indivíduos no mundo. Dessa forma, desvirtuar o conhecimento da realidade, é uma maneira de coagir outros a percorrer intencionais caminhos. Edgar Morin sempre foi claro ao sustentar seus argumentos sobre a crise do saber e de que forma precisamos nos posicionar para refletir sobre as condições dos processos de construção do conhecimento e do pensamento que favoreceram a proliferação de um sistema desinformativo. Para o autor “[...] conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente, mas dialogar com a incerteza” (MORIN, 2014, p. 59). Aportando na contemporaneidade, muitos foram os conceitos que ganharam força na corrida desenfreada para estagnar o forte movimento anti ciência promovido pelo próprio governo federal durante a pandemia da covid-19. Conforme acentua Zarocosta (2020, p. 676), a palavra infodemia refere-se a um “[...] grande aumento no volume de informações que podem se multiplicar exponencialmente com intenção duvidosa. [...] na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus.” A ênfase na validação do conhecimento e na pesquisa científica são peças fundamentais para criar soluções eficazes frente aos desafios de combate à desinformação, buscando alicerces em evidências com comprovação, agindo assim, com compromisso ético em prol do saber científico validado. Esperamos fazer ecoar, com essas discussões, que a educação em saúde é responsável pela transmissão de informações sobre a saúde a todos os cidadãos brasileiros.

Assim, entendemos à luz de Brito *et al.* (2009, p. 368) que

[...] a informação em saúde deve ser trabalhada no sentido de reforçar os direitos humanos, contribuir para a eliminação da miséria e das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, subsidiar o processo decisório na área de saúde, em prol de uma atenção com efetividade, qualidade e respeito à singularidade de cada indivíduo e ao contexto de cada população.

De forma isolada, a área da saúde não consegue assegurar qualidade de vida e bem-estar às pessoas sem o apoio de equipes multiprofissionais. É necessária uma articulação entre múltiplos olhares e a informação em saúde torna-se o princípio norteador para assegurar melhores condições sociais e dignidade às pessoas. São inúmeros os desafios para discutir conteúdos negacionistas em sala de aula, nos diferentes níveis de ensino. Pensar em estratégias, como a alfabetização em saúde, é estar atento a propiciar aos indivíduos ferramentas para proporcionar-lhes uma postura ativa frente às decisões quanto à sua saúde e à execução rotineira de bons hábitos.

Mesmo sem conhecimentos técnicos avançados, indivíduos tornam-se também produtores e difusores de informação, e não apenas consumidores. Contudo, a autonomia e a liberdade digitais demandam responsabilidade social, posto que dados imprecisos e informações enganosas ou errôneas, divulgadas sob uma infinidade de formas e disfarces, afetam a saúde e contribuem para a disseminação do ódio e da intolerância, entre outras consequências. Teorias conspiratórias causaram pânico às pessoas, demonstrando uma enorme fragilidade na população no que concerne à literacia para a saúde, compreendida, conforme descrito por Saboga-Nunes, como “a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e usar as novas tecnologias, de acordo com os diversos contextos.” (SABOGA-NUNES *et al.*, 2019, p. 13). Por isso, destacamos o alerta da World Health Organization (WHO, 2013), que esclarece que a baixa literacia para a saúde tem como resultado escolhas menos saudáveis, comportamento mais arriscado, saúde precária, menos autogestão e mais hospitalização, prejudicando tanto o indivíduo quanto a sua comunidade e drenando os recursos financeiros no sistema de saúde. Precisamos estar atentos e resilientes para enfrentar o colapso ocasionado pelo movimento de desinformação registrado na CPI da Covid. Indivíduos sem conhecimento de causa passaram a emitir pareceres sobre remédios, terapias, revisões sistemáticas e metanálises. É dever dos educadores e educandos uma sensibilização, conscientização e mobilização para o enfrentamento de situações individuais e coletivas que possam interferir na saúde e qualidade de vida da população.

Procedimentos metodológicos e discussão dos resultados

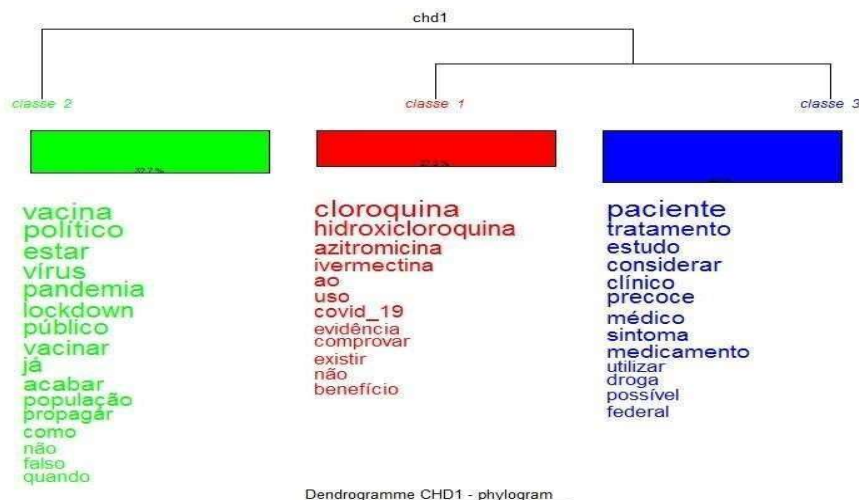
O trabalho de construção do repertório conceitual foi muito importante para as discussões de questões inerentes à educação e à informação em saúde, o conhecimento patológico na sociedade da desinformação e os discursos negacionistas apontados pela CPI Covid. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, que buscou fundamentação em fontes bibliográficas disponíveis em portais, repositórios institucionais, livros e periódicos, objetivando sustentar as premissas a serem contextualizadas pelos pesquisadores. Na visão de Hernández Sampieri (2018), toda a revisão da literatura implica detectar, consultar e obter a bibliografia (impresa ou virtual) e outros materiais úteis para os propósitos do estudo, dos quais temos de extrair e recompilar informações relevantes ao estado da arte. Para a coleta e análise de dados, usou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011). Para a autora, o termo “análise de conteúdo” designa: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos [...]” (BARDIN, 2011, p. 47). Bardin (2011) enfatiza que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: a) a pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.

O recorte temporal, estabelecido pela pesquisa, advém da publicização dos resultados apresentados no relatório final da CPI Covid, instaurado em 15 de janeiro de 2021, diante da gravidade da pandemia, que àquela altura, já havia tirado a vida de mais de 207 mil brasileiros. É importante esclarecer, que dentro da análise de conteúdo, as categorias podem ser definidas a priori ou *posteriori* (BARDIN, 2010). Após conhecimento prévio da instauração da CPI, os pesquisadores optaram por investigar, a despeito da disseminação de um vírus bastante contagioso e potencialmente letal, como o poder público e as autoridades e profissionais de saúde comunicaram à população brasileira os conteúdos inerentes aos deveres de responsabilidade da comunicação em saúde e da ética médica. Enquanto o governo federal, de forma irresponsável, desvirtuava o valor da ciência, da saúde pública, do meio ambiente, da cultura e da educação, pesquisadores e cientistas, até mesmo com as portas das instituições de ensino superior (IES) fechadas, passaram a comunicar a ciência em periódicos científicos nacionais e internacionais. Parece-nos que, guiados por Kuhn, revigoramos com a ideia do filósofo de que

homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada. (KUHN, 2009, p. 30)

Os discursos anticientíficos foram analisados com a utilização do *software* IRAMUTEQ que, de acordo com Camargo e Justo (2013), é um *software* gratuito, desenvolvido originalmente no idioma francês, pelo cientista Pierre Ratinaud, em 2009, como ferramenta de organização de dados. Ele se ancora no ambiente estatístico do *software* R (www.r-project.org) e na linguagem *Python*. Permite a viabilização de diferentes tipos de análise de dados textuais, como lexicografia básica, lematização, cálculo de frequência de palavras, análises multivariadas, análise pós-fatorial e análise de similitude. Dessa forma, a ferramenta possui o rigor científico, diretriz definida para o desenvolvimento da pesquisa. A Figura 1, mostra um dendograma das classes fornecidas pelo *software* IRAMUTEQ, com as aparições mais significativas que demonstravam conteúdo negacionista.

Figura 1: Dendograma de 3 classes com conteúdo negacionistas





No dendograma, o corpus principal, relacionado aos principais conteúdos negacionistas presentes no relatório da CPI, foi dividido em três subcorpus. No primeiro, obteve-se a classe 1, correspondendo ao conteúdo negacionista sobre o tratamento precoce, representado por 27,3% de um total de 100%. Por mais que não existissem evidências científicas favoráveis que sustentassem o uso de Cloroquina, Ivermectina e Azitromicina em qualquer dose ou estágio da Covid-19, a CPI demonstrou que o governo federal insistiu em provocar reflexos indesejados, como o abandono de medidas não farmacológicas, o uso de máscaras e o distanciamento social. Informações incorretas, que produziram resultados negativos e contribuíram para a aumentar a taxa de mortalidade. A classe 2, com 32,7% dos resultados sobre a análise dos conteúdos negacionistas da CPI Covid, está representada pela categoria das vacinas. É possível contextualizar que a vacina foi uma “arma” política no combate à Covid 19. A própria CPI Covid mostrou que grupos antivacinas utilizaram as redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Telegram* para propagar boatos sobre mortes relacionadas às vacinas, bem como inúmeras *fake news* sobre as vacinas modificarem o DNA humano, terem chip líquido e inteligência artificial para controle populacional e o próprio governo disseminou uma desinformação de que a vacina estaria relacionada à transmissão de HIV. A classe 3, do último subcorpus, foi a mais representativa, com 40% dos resultados. A palavra com maior destaque foi paciente. Vale ressaltar que a facilidade de criar contas nas redes sociais tem sido um dos pontos cruciais e determinantes para a disseminação de desinformações. É urgente que a educação em ciências e educação em saúde possam agir em prol da verdade, das informações fidedignas e verídicas, defendendo a ciências e as instituições científicas. Segundo Vilela e Selles

[...] a negação de conceitos e teorias consensualizados pela ciência passou a ganhar força e visibilidade, sobretudo a partir da ascensão mundial do conservadorismo de ultra-direita [...] Tal fenômeno emerge recrudescido com o advento da internet e das redes sociais que agregam e fortalecem grupos identitários e o consumo acrítico de desinformação (2020, p. 1725).

O empenho da ciência brasileira durante a pandemia foi visível nos laboratórios das mais diversas áreas. Pesquisadores e cientistas mudaram o foco de suas pesquisas para conter a grande crise sanitária deste século. Na contramão, universidades e institutos de pesquisas sofreram cortes prejudiciais. O mais grave é que os embates entre o método científico e as formas de contestação da ciência trouxeram graves consequências às pessoas. Na mesma linha de raciocínio da Figura 1, a Figura 2 buscou criar mais subcorpus para buscar uma melhor consolidação dos corpus textuais, objetivando uma análise com maior aprofundamento para a tomada de decisão dos pesquisadores. Os resultados ficaram entre 19% nas classes 1, 2 e 5, a 21,4% nas classes 3 e 4. Nota-se que, na classe 2, a evidência maior foi para as notícias com conteúdo falso que circularam durante a pandemia. A classe 1 é explicitada pelos malefícios do tratamento precoce aos pacientes. As classes 3 e 4 demonstraram as relações entre o tratamento precoce, o chamado ‘Kit Covid’ com a inexistência de evidências científicas. E a classe 5 consolidou a questão da problemática das vacinas.

Considerações finais

Em um Brasil com múltiplos contrastes e distintas necessidades informacionais, a pandemia da Covid 19, que atingiu todo o planeta, deflagrou um preocupante cenário negacionista através das mais de 1200 páginas do relatório da CPI Covid. Com um quantitativo alarmante de mortos e proporções avassaladoras às famílias enlutadas, escancarou-se o retrato de uma gestão pública malconduzida e ineficiente, a qual desvaloriza o valor da ciência, da saúde pública, das instituições de ensino e pesquisa, tornando-se danosa à sociedade e à democracia.

A desinformação, produzida através de conteúdos negacionistas, por grupos que detêm interesses específicos, não são controláveis com a censura, mas precisamente com mais informação e com mais formação na educação em ciências e na educação em saúde. É função primordial das instituições de ensino possibilitarem que professores e alunos apropriem-se de ferramentas capazes de analisar criticamente as informações, verificando como elas foram produzidas e por quem, com quais objetivos e se apresentam distorções e manipulações. Mesmo enfrentando um forte movimento negacionista, pseudocientífico e de enfraquecimento e polarização das universidades e centros de pesquisa, os pesquisadores brasileiros foram incansáveis em produções científicas publicadas em renomados periódicos nacionais e internacionais, mostrando um repertório de ciência que só cresce em quantidade e qualidade. É notório, através dos resultados obtidos neste estudo, que a questão de pesquisa apresentada - “Que tipo(s) de discursos negacionistas emergem do relatório final da CPI Covid e quais os impactos desses discursos para a educação em saúde” - foi respondida de forma satisfatória, uma vez que os conteúdos negacionistas publicizados através do relatório da CPI Covid, demonstraram um desserviço aos principais pilares de uma educação humanizadora e emancipatória nas ciências e na saúde. Assim, a análise de conteúdo realizada, vai ao encontro de mostrar os impactos da negação à ciência para a educação em saúde, através de discursos negacionistas sobre a eficácia das vacinas, o tratamento precoce e todos os danos ocasionados aos indivíduos vítimas da desinformação.

Vivenciamos momentos de tensão, em que o conhecimento tem sido alvo de discursos que são manipulados, de informações estereotipadas que influenciam tanto o senso comum, quanto o conhecimento científico. A todo o momento, a ciência busca evidências que venham confirmar hipóteses, propostas e teorias acerca de estudos científicos, que nos levam a tomar decisões sobre as causas de uma doença e as possíveis intervenções de eficácia e segurança, em determinada indicação terapêutica, por exemplo.

Retomando o tema central desse evento, ressalta-se que as informações de qualidade precisam chegar às pessoas, contribuindo, assim, com as premissas de que a valorização do conhecimento possui uma relação intrínseca aos preceitos da solidariedade, do cuidado com bem comum, da cidadania e da inclusão. O documento da CPI Covid mostrou-se relevante não apenas no sentido de transformar a realidade catastrófica da negação à ciência, mas como suporte em defesa da democracia, da saúde e do desenvolvimento de uma sociedade mais crítica e empoderada para a adoção de medidas que, efetivamente, reduzam futuros riscos e ataques ao conhecimento científico.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**— sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar, 2010

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde**. Brasília: MS, 2006.

BRITO, L. J. et al. Competências do profissional de informação em saúde: considerações iniciais. In: DUARTE, Z.; FARIAS, L. (org.). **A Medicina na Era da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 365-374. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/160/4/A%20medicina%20na%20era%20da%20informacao.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>. Acesso em: 28 set. 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação** – Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R. **Metodología de la investigación: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta**. Madrid: McGraw-Hill, 2018.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LATOURETTE, B. Por que a crítica perdeu a força? De questões de fato a questões de interesse. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 29, n.46, p.173-204, jan.-jun.2020

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. **Media manipulation and disinformation online**. New York: Data & Society Research Institute, 2017.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 21. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2014.

PILATI, R. **Ciência e pseudociência**: por que acreditamos apenas naquilo em que queremos acreditar. São Paulo: Contexto, 2018.

SABOGA-NUNES, L. et al. Literacia para a saúde: origens e implicações do conceito. In: SANOGA-NUNES, L. et al. (Org.). O papel da literacia para a saúde e educação para a saúde na promoção da saúde. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 13-31.

SAGAN, Carl. **Variiedades da experiência científica**: uma visão pessoal da busca por Deus. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SECCO, L. A epidemia e o fascismo. In: LOLE, A. STAMPA, I. GOMES, R. L. R. (org.). **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. **Nota da SBMFC sobre a postura do Conselho Federal de Medicina na pandemia de COVID19**. Rio de Janeiro: 10 out 2021. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/nota-da-sbmfc-sobre-a-postura-do-conselho-federal-de-medicina-na-pandemia-covid19>. Acesso em: 29 set. 2022.

VILELA, M.; SELLES, S. E. É possível uma educação em ciências crítica em tempos de negacionismo científico? **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 37, n. 3, 2020, p. 1722- 1747.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION (org.). **Health Literacy**: the solid facts. Copenhagem: World Health Organization, 2013.

ZAROCOSTAS, Jonh. How to fight an infodemic. **The Lancet**, v. 395, n. 10225, p. 676, fev. 2020. Disponível em: Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30461-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30461-X/fulltext) Acesso em: 5 set. 2022.